

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO UNIOESTE/2010

- Advogado -

Observações

- 1. CADERNO DE PROVAS:** Este caderno contém a prova de **Advogado**, que é constituída de quatro matérias (apresentadas na seguinte ordem: **Língua Portuguesa, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos**). As matérias possuem, respectivamente, 10, 10, 10 questões objetivas; cada questão tem cinco alternativas (A, B, C, D, E), das quais somente uma está correta. Verifique agora se a impressão deste caderno está perfeita e se contém as 30 questões que deve conter.
- 2. CARTÃO DE RESPOSTAS:** A partir das 9:30 horas, você receberá o cartão de respostas personalizado com seu nome e número de inscrição. Verifique se estão corretos o nome e o número de inscrição. Se esses dados estiverem corretos, assine o cartão. Caso haja algum erro, notifique imediatamente o erro ao fiscal. Em seguida, leia as instruções para o correto preenchimento das respostas.
- 3. PREENCHIMENTO DO CARTÃO DE RESPOSTAS:** Somente uma alternativa pode ser assinalada. Será anulada a questão sem alternativa assinalada ou com duas ou mais alternativas assinaladas. Para preencher, é necessário utilizar a caneta de tinta preta fornecida pelos fiscais, sendo vedado o uso de qualquer outro tipo de caneta.
- 4. PERMANÊNCIA NA SALA:** É vedado sair da sala de provas antes das 10:00 horas, sob pena de desclassificação. O término da prova é às 12h30 min., impreterivelmente, sob pena de desclassificação. Não há previsão de horário extra para o preenchimento do cartão de respostas.
- 5. ENTREGA DO MATERIAL E GABARITO:** Ao retirar-se da sala, você deverá entregar o caderno de provas e o cartão de respostas. Pode, contudo, levar consigo a folha de identificação da carteira, onde é permitido anotar as respostas dadas.

LÍNGUA PORTUGUESA

<p>Tamanho Ideal</p> <p>“Velha questão: que tamanho deve ter um jogador de futebol? Resposta óbvia, sujeita a desmentidos notórios: depende da posição. Jogador de defesa deve ser alto, mas um dos melhores zagueiros que já vi jogar, o Gamarra, era baixo. Goleiro quanto maior melhor, mas goleiro pequeno, segundo uma teoria não muito séria, tem a vantagem de estar mais perto do chão pra pegar a bola rasteira e ter menos peso pra carregar quando pula no ângulo. Meio-campista ideal é o que tem massa física para trombar com o adversário e altura para descortinar o campo todo. Pode-se até batizá-lo de Meia Descortinador. Mas os melhores da função em ação no futebol brasileiro hoje, o Hernandes do São Paulo e o Arouca do Santos, não tem nem massa nem altura.</p>	<p>Já o Sandro do Internacional tem a massa e a altura, mas não descortina bem.(...) Nem a obviedade que centroavante precisa ser alto e forte resiste a exceções como Romário e Nilmar, por exemplo.</p> <p>Os dois jogadores mais em evidência no nosso noticiário esportivo do momento, Neymar e Messi, são os mais recentes desafios a qualquer ortodoxia sobre tamanho de jogador de futebol. Neymar é um fiapo, um tísico de romance antigo, e Messi, a julgar pelo físico, encontraria sua verdadeira vocação varrendo gelo no <i>curling</i>, aquele outro esporte apaixonante. E os dois estão aí, estraçalhando defesas.</p> <p>(Luiz Fernando Veríssimo, Pontos de Vista, Agência “O Globo”, publicado na <i>Gazeta do Povo</i>, 18/04/2010)</p>
--	---

1. Nesse texto, o autor trata, fundamentalmente, sobre

A.	a altura ideal para jogadores de futebol que atuam na posição de goleiro, de zagueiro, de meio-campista e de atacante.
B.	a relatividade entre a altura ideal e a altura real de atletas que atuam na posição de defesa, de goleiro e de meio-campista.
C.	a inexistência de uma relação direta entre o que se tem estabelecido como tamanho ideal para jogadores de futebol e o que a realidade tem mostrado.
D.	a relatividade entre a massa muscular e a altura de Messi e Neymar, respectivamente, e sua brilhante atuação nas partidas de futebol.
E.	o bom desempenho de Gamarra, Hernandes, Arouca, Sandro, Romário, Nilmar, Messi e Neymar como algo que independe de sua massa muscular e altura.

2. Considerando informações contidas no texto, assinale a alternativa correta.

A.	Goleiro bom é goleiro baixo e magro, porque pega bola mais leve, que rola a pequena altura do chão, e por isso tem menos peso para carregar quando se lança para a aresta da trave.
B.	O ponto de vista defendido no texto é de que o tamanho ideal do jogador de futebol depende da posição em que ele atua em campo.
C.	A partir do segmento “Sandro do Internacional tem a massa e a altura, mas não descortina bem”, o texto nos permite inferir que o atleta não “descortina bem” porque não consegue barrar o adversário.
D.	Em “Nem a obviedade que centroavante precisa ser alto e forte resiste a exceções como Romário e Nilmar”, sugere-se que os dois jogadores são bons exemplos na sua posição de atuação, porque são baixos e fracos.
E.	Segundo o texto, Gamarra é zagueiro, Hernandes e Arouca são meio-campistas, e Messi e Neymar jogam na posição de atacantes.

3. Vários dos argumentos a seguir são usados pelo autor para posicionar-se em relação ao ponto de vista de que o tamanho que deve ter um jogador de futebol depende da posição, EXCETO:

A.	Ser alto não é uma condição necessária a um jogador de defesa: exemplo de um bom zagueiro baixo é Gamarra.
B.	Massa muscular e altura não são essenciais a atacantes.

C.	Massa muscular e altura não são condições suficientes para descortinar o campo como um todo, como se pode observar na atuação de Sandro, do Internacional.
D.	Altura e musculatura bem desenvolvidas não são condições necessárias a um bom centroavante, como é o caso de Romário e de Nilmar.
E.	Neymar e Messi estão em evidência no noticiário esportivo porque, devido sua pouca estatura, são atacantes que "estraçalham" a defesa adversária, desafiando "qualquer ortodoxia sobre tamanho de jogador de futebol."

UNIVERSIDADES PÚBLICAS E SOCIEDADE: uma parceria necessária

Clarice Sumi KAWASAKI

Este artigo discute o papel das universidades públicas na sociedade brasileira. A discussão se dá no contexto da globalização acelerada, em que o cenário predominante é o de mercado, onde existe desigualdade básica entre países 'avançados' e 'menos avançados' quanto aos privilégios no mercado econômico mundial. Para a superação **dessa dicotomia**, propõe a adoção de cenários alternativos (GUADILLA, 1994) ao de mercado, que procurem conjugar as necessidades da realidade local com a globalização econômica em nível mundial. O papel das universidades públicas é ressaltado nesse contexto, principalmente na formação de quadros profissionais críticos. **O estudo** aponta para a necessidade das universidades desenvolverem projetos integrados de pesquisa e educação, que atendam às áreas de relevância social e econômica.(...) O presente artigo analisa, na primeira parte, a situação do Brasil frente ao desenvolvimento e às políticas C&T e o papel das universidades no contexto atual da globalização acelerada. Na segunda parte, faz considerações sobre cenários alternativos ao de mercado, em que surgem indicadores importantes para a busca de um cenário desejável, **em que** as universidades teriam um importante papel. Os cenários⁴apresentados, tomados emprestados de Guadilla (1994), colocam, de forma simples e didática, algumas opções do tipo de sociedade e a forma de globalização desejável. Os cenários procuram caracterizar, em linhas gerais, tendências e preferências societais que apontam para a direção das mudanças quanto ao novo perfil que terá a sociedade num futuro próximo. Existem distintas visões no que se refere à percepção do futuro e o rumo a ser tomado pelas sociedades, e, nessas visões, os países aparecem com signos diferentes no que se refere a seu futuro, dependendo dos cenários que estejam sendo utilizados. **Além disso**, os cenários procuram visualizar o papel a ser desempenhado pelo conhecimento nos processos de globalização e a necessidade de transformações educacionais dos países latino-americanos. Os indicadores apontam para a necessidade das universidades desenvolverem projetos integrados de pesquisa e educação que atendam às áreas de indiscutível relevância social e econômica e que busquem novos parceiros.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script>, acesso em 15/04/2010.

4. Considerando o conteúdo e o formato do texto, assinale a alternativa INCORRETA.

A.	Trata-se de uma parte de um artigo de opinião, que discute o papel das universidades públicas brasileiras no contexto da globalização.
B.	A autora divide o trabalho em seções, tratando inicialmente da situação brasileira frente ao desenvolvimento e às políticas diferenciadas em C&T, e do papel das universidades brasileiras no cenário atual de 'mercado'. Na segunda parte do artigo científico, aborda as universidades brasileiras em cenários 'alternativos' ao de 'mercado'.
C.	O último período do texto traz as considerações finais a que chegou a autora, a partir do estudo realizado.
D.	Guadilla (1994) é um estudioso da área que teria contribuído teoricamente para a pesquisa focalizada no artigo, e em cujas discussões a autora se apoia para refletir sobre a noção de "cenários alternativos."
E.	Uma das contribuições do artigo para os estudos na área refere-se ao indicativo da necessidade de ampliação das áreas de atuação da universidade junto à sociedade, à medida que propõe projetos alternativos ao de mercado, contribuindo para formação de quadros críticos para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis.

5. A organização de um texto depende da articulação e da coesão entre seus elementos constitutivos. Com base nessa afirmação, assinale a alternativa correta.

A.	A expressão “dessa dicotomia” refere-se à realidade local e à globalização econômica em nível mundial.
B.	A expressão “O estudo” remete às pesquisas realizadas por Guadilla (1994).
C.	O pronome relativo “em que” refere-se ao segmento “as universidades teriam um importante papel
D.	Na expressão “além disso”, o pronome demonstrativo “disso” remete ao segmento anterior, que vai de “Os cenários procuram caracterizar, em linhas gerais, tendências e (...)”, até “dependendo dos cenários que estejam sendo utilizados.”
E.	A conjunção “e” articula duas informações antagônicas entre si, a partir do que os cenários buscam visualizar: “o papel a ser desempenhado pelo conhecimento nos processos de globalização”, em oposição à “necessidade de transformações educacionais dos países latino-americanos.”

6. Assinale a alternativa em que a palavra destacada recebeu a interpretação INCORRETA.

A.	“A discussão se dá no contexto da globalização acelerada ...” (rápida, ligeira).
B.	“Para a superação dessa dicotomia , propõe a adoção de cenários alternativos...” (divisão, dissensão).
C.	“ O papel das universidades públicas é ressaltado nesse contexto ...” (reanalizado, reconsiderado).
D.	“Na segunda parte, faz considerações sobre cenários alternativos ao de mercado, em que surgem indicadores importantes...” (dados indiciais, indicações).
E.	“Os cenários procuram caracterizar , em linhas gerais, tendências e preferências societais...” (descrever, distinguir).

7. Assinale a alternativa em que a conjunção “e” tem valor adversativo.

A.	A música era boa e a comida também era.
B.	Sempre tive cachorros em apartamento e nunca briguei com vizinhos por causa disso.
C.	A parturiente chegou ao hospital e foi atendida em seguida.
D.	“Sempre encaro cada jogo como se fosse uma guerra e na final não será diferente.” (Jaqueline, atacante do Sollys/Osasco, para a <i>Gazeta do Povo</i> , 18/04/2010)
E.	Bimota DB7: quadro tubular, baixo peso, freios de competição, ciclística impecável e posição de pilotagem esportiva.

8. Em cada alternativa abaixo há dois advérbios, EXCETO em

A.	O apresentador está satisfeito e muito calmo.
B.	Orquestra sinfônica retorna hoje ao Guairão.
C.	Minha mãe gostou de chegar cedo em casa.
D.	Rogério Rosso (PMDB) foi eleito ontem governador do Distrito Federal (Fonte <i>O Paraná</i> , 18/04/2010).
E.	Na sexta-feira, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu, cautelarmente, os processos que tratam da cobrança da tarifa mensal de assinatura básica de telefonia fixa.

9. Nas frases abaixo há ambiguidade, EXCETO em

A.	Maria gosta de pizza igual a mim.
B.	Para as mulheres que têm filhos e não sabem o berçário fica no terceiro andar.
C.	Costuma-se dizer que quem lê o jornal “Folha de São Paulo” fala bem.

D.	Se o seu relógio atrasa, não adianta querer se justificar.
E.	Sentado na varanda, o menino avistou um mendigo.

“Há palavras que ninguém emprega. Apenas se encontram nos dicionários como velhas caducas num asilo. Às vezes uma que outra se escapa e vem luzir-se desdentadamente, em público, nalguma oração de paraninfo. Pobres velhinhas...Pobres velhinhos.” (Mário Quintana, 1988)

10. Quanto às relações intratextuais, no texto de Mário Quintana, marque a alternativa INCORRETA.

A.	O verbo “encontram” remete a “palavras que ninguém emprega”.
B.	O pronome “se” (linha 1) tem seu sentido preenchido pelo termo “encontram”.
C.	A locução adjetiva “Pobres velhinhas” refere-se a “palavras que ninguém emprega”
D.	Em “luzir-se”, o pronome “se” remete a “uma que outra”.
E.	A locução adjetiva “Pobres velhinhos” refere-se a “paraninfo”

CONHECIMENTOS GERAIS

11. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e expectativa média de vida. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população. O índice foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual. Todo ano, os países membros da ONU são classificados de acordo com essas medidas. Sobre IDH é INCORRETO afirmar que

A.	a Noruega, a Austrália e a Islândia são países bem posicionados na lista dos melhores IDHs, enquanto que países como Serra Leoa, Afeganistão e Níger são os que apresentam índices de desenvolvimento humano ruins.
B.	o governo do Estado do Paraná tem utilizado o IDH dos municípios que compõem a unidade federativa para elaboração de programas sociais, como por exemplo o “Programa Universidade Sem Fronteiras” que vem sendo desenvolvido pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).
C.	na educação, o indicador que é considerado para a avaliação do IDH é a taxa de escolarização da população em geral. Já a taxa de alfabetização não é considerada, uma vez que este índice é irrisório no Brasil.
D.	o item longevidade é avaliado considerando a expectativa de vida ao nascer. Esse indicador mostra a quantidade de anos que uma pessoa nascida em uma localidade, em um ano de referência, deve viver. As condições de saúde e de salubridade no local são consideradas uma vez que a expectativa de vida é fortemente influenciada pelo número de mortes precoces.
E.	o Brasil continua a ser internacionalmente conhecido como uma das sociedades mais desiguais do planeta, onde a diferença na qualidade de vida de ricos e pobres é imensa. Mas o quadro começa a se alterar, sendo que uma das razões são os programas de distribuição de renda adotados no país. No entanto, como mais de dois terços dos rendimentos das famílias brasileiras provêm do trabalho assalariado, há necessidade de crescimento da economia e do mercado de trabalho.

12. O Brasil, oficialmente República Federativa do Brasil, é uma república federativa presidencialista formada pela união de 26 estados federados e por um distrito federal, divididos em 5.565 municípios. Com 8,51 milhões de quilômetros quadrados de área, equivalente a 47% do território sulamericano, e com cerca de 190 milhões de habitantes, o país possui a quinta maior área territorial do planeta e o quinto maior contingente populacional do mundo. O Brasil é o único país falante do português das Américas, além de ser uma das nações mais multiculturais e etnicamente diversas do mundo, resultado da forte imigração vinda de muitos países. Sobre o Brasil é correto afirmar que

A.	comercializa regularmente com mais de uma centena de países, sendo que 74% dos bens exportados são manufaturas ou semimanufaturas. Os maiores parceiros são: União Europeia; Mercosul e América Latina; Ásia e Estados Unidos. Um setor dos mais dinâmicos nessa troca é a indústria,
----	---

	sendo que o agronegócio ainda não chega atingir a expressividade que o Brasil merece. A produtividade do campo não oferece uma posição de destaque ao Brasil no cenário internacional.
B.	é o décimo maior consumidor da energia do planeta e o terceiro maior do hemisfério ocidental, atrás dos Estados Unidos e Canadá. A matriz energética brasileira é baseada em fontes renováveis, sobretudo a energia hidrelétrica e o etanol, além de fontes não renováveis de energia, como o petróleo e o gás natural. Ao longo das últimas três décadas o Brasil tem trabalhado para criar uma alternativa viável à gasolina. Com o seu combustível à base de cana de açúcar, a nação pode se tornar energeticamente independente neste momento.
C.	após o regime militar, os presidentes voltaram a ser civis, em 1985, quando José Sarney assumiu a presidência. Mas, até ao final de seu mandato, ele tinha se tornado extremamente impopular devido à crise econômica e a incontrolável e vulgarmente elevada inflação. Em 1989, assumiu o governo federal Itamar Franco sendo substituído por Fernando Collor, que criou o Plano Real. Fernando Henrique Cardoso foi eleito como presidente em 1994 e novamente em 1998 e foi substituído por Luís Inácio Lula da Silva, que foi eleito em 2002 e reeleito em 2006.
D.	a lei brasileira é baseada na tradição do código civil. Assim, os conceitos de direito civil prevalecem sobre práticas de direito comum. O sistema jurídico baseia-se na Constituição Federal que é a lei fundamental do Brasil. Os Estados têm suas próprias constituições, que não devem entrar em contradição com a Constituição Federal. Cada Município também possui sua Constituição Municipal que, por sua vez, deve estar sintonizada com a Constituição Federal e do Estado que o Município pertença.
E.	a pesquisa tecnológica é em grande parte realizada pela iniciativa privada, sendo que a participação das universidades públicas ainda é irrisória. Mesmo assim o Brasil tem alguns destaques como sendo o país que registra o mais avançado programa espacial da América Latina. Segundo o Relatório Global de Tecnologia da Informação 2009-2010 do Fórum Econômico Mundial, o Brasil é o 61º maior desenvolvedor mundial de tecnologia da informação.

13. “A sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genesicamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente.” (<i>O Povo Brasileiro, Darcy Ribeiro, p.16.</i>) A partir do fragmento acima é correto afirmar sobre a cultura brasileira que	
A.	a influência africana é forte no folclore do interior brasileiro, povoado de seres fantásticos como o curupira, o saci pererê, o boitatá e a iara, entre outros. Na culinária brasileira, a mandioca, a erva mate, o açaí, a jabuticaba, inúmeros pescados e outros frutos da terra, além de pratos como os pirões, entraram na alimentação brasileira por influência dos afro descendentes. Essa influência se faz mais forte em certas regiões do país, em que esses grupos conseguiram se manter mais distantes da ação colonizadora, principalmente em porções da região Norte do Brasil.
B.	de maneira geral, embora a presença cultural lusitana tenha sido expressiva, foram outros países da Europa, como a Itália, Alemanha e Polônia os responsáveis pela introdução no Brasil colônia dos grandes movimentos artísticos europeus, como, por exemplo, o renascimento, o barroco e o neoclassicismo.
C.	dos povos indígenas surgiu o candomblé, religião de origem guarani baseada no culto aos orixás praticada atualmente em todo o território. Largamente distribuída também é a umbanda, uma religião sincrética que mistura elementos autóctones com o catolicismo e o espiritismo, incluindo a associação de santos católicos com os orixás. Na música a cultura indígena contribuiu com os ritmos que são a base de boa parte da música popular brasileira. Gêneros musicais coloniais de influência guarani, como o lundu, terminaram dando origem à base rítmica do maxixe, samba, choro, bossa nova e outros gêneros musicais atuais.
D.	a cultura brasileira é um grande conjunto de culturas, que sintetizam as diversas etnias que formam o povo brasileiro. Por essa razão, a cultura brasileira é homogênea, não sendo possível perceber a composição de um mosaico de diferentes vertentes culturais que formam, juntas, a cultura do Brasil.

E.	a maior parte da população brasileira no século XIX era composta por negros e mestiços. Para povoar o território, suprir o fim da mão de obra escrava mas também para "branquear" a população e cultura brasileiras, foi incentivada a imigração da Europa para o Brasil durante os séculos XIX e XX. Dentre os diversos grupos de imigrantes que aportaram no Brasil destacam-se os italianos, os portugueses, os alemães, também registram-se as presenças de espanhóis, árabes e japoneses, entre outras.
----	--

14. Ao considerar o Sistema Único de Saúde (SUS) como uma ação de definição de políticas públicas para a Saúde no Brasil é INCORRETO afirmar que	
A.	a criação do SUS tem sido analisada como relevante inovação institucional no campo das políticas sociais, empreendida sob o regime democrático. Na <i>Constituição Federal</i> , promulgada em 1988, afirmou-se a importância de promover a saúde como direito fundamental de cidadania, cabendo ao Estado a obrigação de garanti-la a todos os cidadãos.
B.	com a Constituição de 1988, o direito à saúde foi elevado à categoria de direito subjetivo público, num reconhecimento de que o sujeito é detentor do direito e o Estado o seu devedor, além, é obvio, de uma responsabilidade própria do sujeito que também deve cuidar de sua própria saúde e contribuir para a saúde coletiva.
C.	o direito à saúde, nos termos da lei, pressupõe a adoção de políticas sociais e econômicas que visem: à redução do risco de doenças e outros agravos; e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.
D.	os inúmeros movimentos sociais até o presente momento não registraram nenhuma contribuição para a construção do Sistema Único de Saúde impossibilitando a institucionalização da participação popular, através dos Conselhos de Saúde, na elaboração de políticas públicas de saúde. Os Conselhos de Saúde não conseguiram até hoje exercer um papel fundamental na elaboração e execução de políticas de saúde dos estados e municípios.
E.	a ausência de mecanismos eficazes de regulação e ordenamento da oferta buscando viabilizar o acesso e a melhor utilização dos serviços do SUS por parte dos usuários, no nível macro e micro organizacional, contribui de forma decisiva para a persistência de problemas relacionados à baixa eficácia do sistema de saúde brasileiro.

15. Ao considerar as políticas públicas para a Educação Superior no Brasil é INCORRETO afirmar que	
A.	a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação <i>stricto sensu</i> (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.
B.	no Brasil as instituições de ensino superior são públicas ou privadas. As instituições públicas são criadas e mantidas pelo poder público nas três esferas - federal, estadual e municipal. As instituições privadas são criadas e mantidas por pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.
C.	nas instituições públicas, o ensino superior de graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i> é gratuito, por força de norma constitucional. Já em relação à pós-graduação <i>lato sensu</i> , diversas dessas instituições cobram mensalidades de seus alunos, o que está amparado em legislação federal.
D.	há uma ampla oferta de cursos de graduação noturnos, que permitem aos já inseridos no mercado de trabalho (que em sua maioria exercem suas atividades profissionais durante o dia) frequentar o ensino superior; paradoxalmente, porém, essa oferta concentra-se principalmente nas instituições privadas, embora nos últimos anos venha se registrando uma movimentação do sistema público para incremento da oferta de vagas em cursos noturnos.
E.	um aspecto que se registra como limitador do avanço do ensino superior no Brasil é a ausência de políticas e ações de avaliação da Educação Superior, não existindo, até o momento, nenhuma iniciativa por parte do Governo Federal em criar um instrumento que possa aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

16. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (Lei 9394/96) é a lei orgânica e geral da educação brasileira e dita as

diretrizes e as bases da organização do sistema educacional. Sobre a LDB, referente ao capítulo que aborda a educação superior é INCORRETO afirmar que	
A.	a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.
B.	nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas.
C.	a educação superior tem por finalidade, entre outras, estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.
D.	a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) por ser uma autarquia do Governo do Estado do Paraná, deve pautar-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
E.	a educação superior abrangerá os cursos e programas de graduação e pós-graduação, compreendendo cursos de especialização e programas de mestrado e doutorado. Quanto aos programas de extensão, não está previsto na LDB, sendo que a execução de programas de extensão será uma opção não obrigatória para as Universidades.

17. Sobre os aspectos da vida econômica, política e cultural do Paraná é INCORRETO afirmar que	
A.	a economia do Estado se baseia na agricultura (cana de açúcar, milho, soja, trigo e café, entre outros), na indústria (agroindústria, indústria automobilística, papel e celulose, entre outros) e no extrativismo vegetal (madeira e erva mate, entre outros). Entre as atividades econômicas desenvolvidas no Paraná, destacam-se a agricultura e a pecuária, além de um setor industrial em franca expansão.
B.	o Poder Legislativo do Paraná é unicameral, constituído pela Assembleia Legislativa do Paraná, localizado no Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury. Ela é constituída por 54 deputados, que são eleitos a cada 4 anos. No Congresso Nacional, a representação paranaense é de 3 senadores e 30 deputados federais.
C.	entre as inúmeras etnias que compõem o Paraná destacam-se a presença de alemães, árabes, espanhóis, holandeses, índios, italianos, japoneses, negros, poloneses, portugueses, ucranianos. Na região Oeste do Paraná registra-se a presença mais acentuada de árabes, descendentes de italianos e alemães, bem como de poloneses e ucranianos, entre outros.
D.	devido ao grande potencial exportador do Paraná em grãos, destacadamente o soja e a exportação de carnes, como o frango e suíno, somado ao sua alta riqueza energética, devido à Hidroelétrica de Itaipu e uma série de outras usinas localizadas principalmente no rio Iguaçu, faz com que o PIB estadual seja o segundo maior do país, ficando apenas atrás do Estado de São Paulo.
E.	a região Oeste do Paraná é uma das mais recentes regiões colonizadas, onde registrou-se a aproximação de várias frentes de ocupação, destacando-se a frente cabocla, frente nortista e, por fim, a frente sulista, que efetivamente ocupou boa parte da área oestina do Estado.

18. Ao tratar sobre a cidadania e as políticas públicas que consolidaram leis em defesa do cidadão, é correto afirmar que	
A.	quanto ao idoso, o Estatuto prevê que é obrigação exclusiva do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
B.	a lei nº 11.340/06, também conhecida como lei “Maria da Penha” cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dispõe sobre a criação de juizados próprios e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Sendo que o desenvolvimento de políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão deverá ser

	iniciativa das ONGs afins, que devidamente cadastradas receberão recursos públicos para esse fim.
C.	o Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança, para os efeitos da Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. E o estatuto define que estes têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
D.	o Código do Consumidor não prevê que entre os direitos básicos do consumidor esteja a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, práticas que se repetem constantemente principalmente nos órgãos de comunicação social como o rádio e a televisão.
E.	os povos indígenas foram os habitantes originários do território brasileiro. A Constituição de 1988 traduz o reconhecimento dessa dívida histórica e da vulnerabilidade social dos povos indígenas e objetiva proteger suas tradições, além de sinalizar, com medidas afirmativas, o respeito à dignidade dos povos indígenas. No capítulo dedicado aos povos indígenas é reconhecido aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, embora não sejam reconhecidos os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam razão pela qual se encontram muitos índios espalhados nas cidades, sem a devida atenção dos poderes públicos.

19. Ao considerar o Código disciplinar da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) é correto afirmar que	
A.	o regimento disciplinar, também conhecido com código disciplinar compreende o conjunto de normas de conduta que deve ser observado pela comunidade acadêmica, e por abranger funcionários públicos, o código consiste em recomendar as ações numa perspectiva ética, sendo que não cabe prever penalidades disciplinares, uma vez que foge do objetivo do código que essencialmente consiste em sugestões de conduta, visando assegurar a ordem, o respeito e a disciplina, para que os fins da instituição sejam plena e eficientemente alcançados.
B.	a relação entre a dimensão pública e privada não está contemplada no código disciplinar uma vez que a atuação da função pública do servidor da Unioeste deve ser entendida como exercício profissional. Razão pela qual a vida particular de cada um e os fatos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada nada podem interferir em relação ao conceito na sua vida funcional.
C.	embora seja um documento importante para o bom andamento das atividades da comunidade acadêmica, buscando preservar o elemento ético da conduta acadêmica, a qual não deve decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas, principalmente, entre o honesto e o desonesto, a fragilidade do código consiste em sua desvinculação com leis superiores, como por exemplo, a Constituição Federal.
D.	é aplicável ao corpo docente e agentes universitários. O corpo discente não é passível de ser acionado diante do código disciplinar uma vez que os alunos não possuem vínculo empregatício com a Universidade.
E.	entre os deveres e obrigações dos membros da comunidade acadêmica estão previstos pelo código disciplinar a urbanidade; assiduidade; pontualidade; boa conduta; a utilização dos recursos de informática e redes da Unioeste exclusivamente para fins institucionais.

20. Assinale a alternativa cujo conteúdo faça referência correta ao Estatuto da Unioeste ou esteja adequadamente previsto no Estatuto em questão.	
A.	O corpo técnico-administrativo é constituído por todos os servidores que exerçam funções técnicas e de apoio necessárias ao funcionamento da Universidade. Entre as atividades do pessoal técnico administrativo estão as relacionadas com a permanente manutenção e adequação do apoio técnico, administrativo e operacional necessárias ao cumprimento dos objetivos da Unioeste bem como às inerentes ao exercício de direção, chefia, coordenação, assessoramento, assistência e execução, além das relativas ao apoio e desenvolvimento de quaisquer atividades que objetivem proporcionar condições essenciais ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. A Unioeste admite pessoal para os cargos de seu quadro técnico-administrativo mediante concurso público de provas ou

	de provas e títulos e pode contratar, em casos específicos, mediante teste seletivo público ou na forma de estágio não curricular, funcionários para atuação temporária, observada a legislação vigente.
B.	A estrutura organizacional da Unioeste tem sua administração superior e básica, composta por órgãos deliberativos e executivos. Embora na esfera intermediária, os diretores gerais dos campi, por serem ordenadores de despesa, não possuem instâncias deliberativas.
C.	A normatização prevista no Estatuto rege todas as instâncias da Universidade, cabendo ao reitor o direito, em situações peculiares, em não observar o que reza o estatuto, desde que autorizado pelo Conselho Universitário.
D.	No campo funcional dos órgãos e unidades da Unioeste, o Conselho Universitário (COU) é o órgão máximo normativo e deliberativo da Universidade. Sua constituição é bem representativa, sendo que o reitor é o presidente do conselho. Todos os campi estão representados pelos seus diretores gerais, por um técnico administrativo, por um discente, por um professor de cada campus e por um representante da SETI. Pelo princípio da autonomia universitária a presença no COU de representantes da comunidade externa é facultativa.
E.	A Unioeste, com patrimônio e receita próprios, goza de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, e disciplinar, regendo-se pelo estatuto e pelo regimento geral bem como pelas resoluções dos conselhos universitários. Por ser autônoma, a legislação externa, seja da esfera federal como estadual não necessariamente necessita ser acatada por ferir o princípio supremo que é o da autonomia universitária.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ADVOGADO

21. Conforme a Lei 6.174/70, o processo administrativo disciplinar admite revisão que deverá atender, dentre outros requisitos, ao que se afirmar em

A.	deverá ser requerida até 1 (um) ano após a condenação e quando se aduzirem fatos novos que justifiquem a renovação do processo.
B.	poderá ser pedida a qualquer tempo e quando se aduzirem circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido.
C.	quando da ocorrência de inadequação da pena aplicada, e requerida até 2 (dois) anos após a imposição da pena.
D.	quando da demonstração simples da injustiça da penalidade, podendo ser requerida a qualquer tempo, desde que a pedido do servidor.
E.	quando do pedido de reavaliação de elementos já apreciados no processo originário e simples alegação de injustiça em geral.

22. Sobre a Lei de Improbidade (Lei nº 8.429/92) é correto afirmar que

A.	o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da lei até o limite do valor da herança.
B.	as disposições da lei não são aplicáveis àquele que, não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade.
C.	no caso de enriquecimento ilícito, não perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
D.	quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá ao Chefe do Poder Executivo representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
E.	não estão sujeitos às penalidade previstas na lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo fiscal, de órgão público.

23. Em relação aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública é correto afirmar que o princípio da

A.	supremacia do interesse público é hierarquicamente superior aos demais, devendo ser aplicado sempre que houver embate entre direito público e privado.
B.	publicidade dispensa publicação do Diário Oficial do Estado, desde que o particular interessado tenha sido notificado sobre o ato administrativo que lhe seja pertinente.
C.	autotutela abrange a faculdade que possui a Administração Pública de rever seus próprios atos.
D.	moralidade administrativa, embora previsto de forma individualizada na Constituição Federal, somente é aplicável à Administração Pública quando o ato praticado revestir-se de ilegalidade.
E.	eficiência autoriza a mitigação do princípio da legalidade sempre que houver necessidade de privilegiar o alcance de melhores resultados na prestação de serviços públicos

24. No que toca ao regime dos contratos administrativos regidos pelo direito público, considere as possibilidades da Administração Pública:

- I – exercer somente as mesmas prerrogativas que um particular poderia numa relação contratual privada.
- II – Modificar os contratos unilateralmente, para melhor adequá-los às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- III – Rescindir os contratos unilateralmente, nos casos especificados em lei.
- IV – Fiscalizar a Execução dos contratos.
- V – Aplicar sanções motivadas pela inexecução parcial ou total do ajuste.

Está correto o que se afirma apenas em

A.	I, III e V.
B.	I, IV e V.
C.	II e IV.
D.	II, IV e V.
E.	II, III, IV e V.

25. Sobre os princípios constantes da Lei 8.666/93, considere:

I - A regra de que as obras, serviços, compras e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei, não se aplica aos contratos de publicidade.

II - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

III - Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos no País; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País.

Está correto o que se afirma apenas em

A.	I e III.
B.	I, II e III.
C.	I e II.
D.	II e III.

E.	II.
----	-----

26. A respeito da contestação no Procedimento Ordinário, considere:

I - Depois da contestação é lícito deduzir novas alegações relativas a direito superveniente, quando competir ao juiz conhecer delas de ofício ou, então, por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e juízo.

II - Antes de discutir o mérito compete ao réu alegar na contestação, dentre outras matérias, a litispendência, quando se repete ação que está em curso, e a coisa julgada, quando se repete ação que já foi decidida por sentença, de que não caiba mais recurso.

III - A regra envolvendo o ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao advogado dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público.

IV. Presumem-se verdadeiros os fatos não impugnados na contestação mesmo se estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.

De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma somente em

A.	I, II e III.
B.	I, III e IV.
C.	II e III.
D.	I, II e IV.
E.	II e IV.

27. A respeito dos prazos processuais civis, é correto afirmar que

A.	a parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.
B.	a superveniência de feriado suspende os prazos processuais previstos em lei.
C.	no cômputo dos prazos processuais será incluído o dia do começo e do vencimento.
D.	se o expediente forense for encerrado antes da hora normal, o prazo processual será acrescido, no primeiro dia útil subsequente, das horas que faltaram no dia em que ocorreu a interrupção.
E.	na falta de disposição legal ou assinatura pelo juiz, o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte será de 3 dias.

28. O prazo para interposição de agravo, apelação e embargos de declaração é, respectivamente, de

A.	cinco, dez e cinco dias.
B.	cinco, quinze e dez dias.
C.	dez, quinze e dez dias.
D.	dez, quinze e cinco dias.
E.	quinze, quinze e cinco dias.

29. Quanto ao Mandado de Segurança, é INCORRETO afirmar que

A.	não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
B.	quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, o mandado de segurança somente poderá ser requerido por todas elas juntas.
C.	em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
D.	não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

E.	da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe apelação.
----	--

30. São causas extintivas de punibilidade, previstas no Código Penal, além de outras:	
A.	renúncia do direito de queixa, nos crimes de ação privada; e casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.
B.	anistia; perdão judicial, nos casos previstos em lei; morte da vítima; e decurso de prazo.
C.	retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso; prescrição, decadência ou perempção; e casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.
D.	morte do agente; anistia, graça ou indulto; retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso; e prescrição, decadência ou perempção.
E.	prescrição, decadência, menoridade do agente; morte da vítima; e agente maior de setenta anos na data do crime.